



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ATA DA 39ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quatorze horas e quarenta e oito minutos, o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Indicação nº: 4982, 4985, 4990 e 4993/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 4942, 4945, 4946, 4947 e 5015/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 4925, 4974 e 5018/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 4939, 4940, 4949, 4964, 4965, 4968, 4972, 5001, 5005, 5009, 5019, 5020, 5030 e 5033/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 2611, 2612, 2740 e 5013/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 4930, 4952, 4956, 4966, 4973, 4983, 4986 a 4989, 4996 e 5038/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 4944, 4948, 4950, 4953, 4957 e 4969/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 4980 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 4932 a 4937, 4954, 4958 a 4961, 4995, 4997, 4999, 5000, 5004, 5006, 5010 a 5012, 5029, 5031, 5032, 5034, 5036, 5037, 5039, 5040 e 5041; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com a anuência dos demais Vereadores passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 136/2025 CMP (4268/2025); O Veto foi mantido com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, da Vereadora Professora Livia, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 3621/2024 do Vereador Hingo Hammes; O Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, da Vereadora Professora Livia, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação em bloco as indicações nº: 0095, 0096, 0097, 0574, 0675, 0811, 0812, 0813, 1324, 1405, 1406, 1407, 2435, 2437, 2489, 2820, 2868, 2949, 2969, 2988, 3028, 3666, 3669, 3714, 3912, 3978, 4092, 4648, 4654, 4834, 4895 e 4905/2025; As Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 5069/2025 do Vereador Léo França; o Requerimento foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação o Requerimento nº: 5047/2025 do Vereador Léo França, da Vereadora Júlia Casamasso e da Vereadora Professora Livia; o Requerimento foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão e do Vereador Tiago Leite; Terminada a **ORDEM DO DIA** o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a presença do grupo "Convoca Petrópolis", que se fez presente desde as primeiras horas do dia em manifestação legítima por mais transparência e celeridade no processo de convocação dos concursados da educação. Segundo ela, a principal demanda dos concursados, além da agilidade nas convocações, é a falta de transparência nas informações. Apontou a necessidade de dados claros sobre o número de convocados, desistentes e o planejamento das próximas chamadas, a fim de que os aprovados possam acompanhar com clareza sua possível entrada no serviço público. Nesse sentido, defendeu a formação da comissão aprovada na sessão, propondo que esta seja construída em conjunto com os próprios concursados, que são os mais interessados e afetados pelo processo. Reiterou seu pedido para integrar a referida comissão, reforçando o compromisso de seu mandato com a pauta da educação e dos servidores públicos. Ressaltou que uma educação pública de qualidade só será possível com a valorização dos servidores, destacando também a importância da recomposição salarial e da atualização dos planos de cargos e salários, não apenas na educação, mas em toda a estrutura municipal, como saúde, assistência e COMDEP. Criticou o modelo atual que prioriza contratos terceirizados e RPAs e defendeu a convocação dos concursados como forma de garantir um serviço público estruturado e permanente. Destacou que, mesmo que todos os aprovados sejam convocados, ainda haverá vagas, devido ao índice de desistência ou aprovação desses candidatos em outros certames. Sobre a Defesa Civil, informou que participou de reunião para tratar da lei municipal dos pontos de apoio. Reconheceu que há avanços, mas que ajustes são necessários, sobretudo em relação à responsabilidade da gestão dos pontos de apoio, que não pode recair exclusivamente sobre as diretoras das escolas. Defendeu que a responsabilidade deve ser da Defesa Civil, como já ocorre em outros modelos administrativos (como o da Justiça Eleitoral). Destacou também a importância da atuação intersetorial com participação das áreas de educação, saúde, assistência e segurança. Apresentou ainda um projeto de lei de compensação para os servidores que atuam na abertura e manutenção dos pontos de apoio, garantindo escalas claras e folgas compensatórias. Além disso, destacou a criação do Cadastro Municipal de Trabalhadores Temporários para Situações de Emergência, priorizando os que já atuam nos nudeques, como forma de remunerar e estruturar adequadamente esse serviço, que não deve ser tratado apenas como voluntariado. Abordou a situação do transporte público no bairro Boa Vista. Informou que, anteriormente, a linha era atendida por dois ônibus da empresa Cascatinha, e que, após a mudança para a empresa Cidade das Hortênsias, passou a contar com apenas um veículo. Ressaltou que a demanda continua alta e os ônibus seguem lotados. Denunciou que a empresa se nega a acrescentar outro veículo alegando baixa demanda, o que não condiz com a realidade. Relatou ainda que há ameaças veladas da empresa de retirada do único



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ônibus caso as reivindicações continuem. Finalizou seu discurso afirmando que continuará ao lado dos moradores, cobrando medidas da CPTRANS e defendendo o direito da população a um transporte público de qualidade. Agradeceu e despediu-se.

2) THIAGO DAMACENO, PSDB – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Manifestou preocupação com o sistema de transporte público do município. Relatou que, na semana anterior, foi surpreendido por uma notícia veiculada nas redes sociais sobre uma possível paralisação dos funcionários da empresa TURP, motivada por atrasos no pagamento de salários. Em razão disso, participou de uma reunião com o sindicato da categoria, colocando a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana desta Casa Legislativa à disposição dos rodoviários. Fez questão de registrar sua solidariedade aos trabalhadores e enfatizou que não se pode admitir que os salários estejam sendo pagos com atraso. Salientou que os rodoviários exercem uma função essencial e de extrema responsabilidade, lidando diariamente com o transporte de vidas humanas e enfrentando uma rotina intensa e exigente, que demanda equilíbrio emocional e atenção constante. Diante disso, reforçou que o pagamento em dia é um direito básico, e não um favor, e que é inadmissível que tais profissionais sofram com atrasos salariais. Destacou que vem acompanhando, pessoalmente, a situação do transporte público, visitando terminais rodoviários, conversando com usuários e rodoviários, e que tem recebido inúmeras reclamações relacionadas à superlotação, supressão de viagens, especialmente em horários de pico, e à má qualidade do serviço oferecido. Fez um alerta sobre o risco de o sistema público de transporte caminhar para uma situação semelhante à vivenciada no passado, quando empresas como Petroita e Cascatinha enfrentaram colapso financeiro e operacional, com atraso nos salários, sucateamento da frota e riscos à segurança dos passageiros. Segundo ele, a empresa TURP é, atualmente, a que mais apresenta problemas, inclusive sendo apelidada pela população de “Turpita”, em alusão à crise enfrentada pela antiga Petroita. Afirmou que, nos últimos 15 a 20 anos, mais de cinco empresas de ônibus encerraram atividades no município, o que demonstra que os problemas não se restringem à gestão individual de cada empresa, mas sim a falhas estruturais no próprio sistema de transporte público. Reforçou, assim, a necessidade de ajustes e de um acompanhamento rigoroso para que o sistema funcione adequadamente. Também foi registrado o início das discussões sobre o dissídio coletivo da categoria dos rodoviários, cuja data-base é 1º de março. Considerou absurda a proposta inicial apresentada pelas empresas, demonstrando esperança de que a negociação evolua de forma positiva e justa. Encerrou seu pronunciamento reiterando que a presidência da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana está de portas abertas para contribuir com o fortalecimento do sistema de transporte público, com a valorização dos rodoviários e com a garantia de seus direitos. Destacou, ainda, o papel fundamental desses profissionais, que vêm assumindo novas funções, como o controle de embarque de idosos e o recebimento de passagens, e defendeu o respeito integral aos



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

seus direitos trabalhistas. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Tiago Leite solicitou que a sua presença constasse nas indicações em bloco; 3) **LÉO FRANÇA, PSB** -- Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Saudou o grupo Convoca Petrópolis, os servidores da Casa Legislativa e os cidadãos que acompanham a sessão pelas redes sociais. Em seguida, fez uma análise crítica dos primeiros 100 dias do governo do prefeito Hingo Hammes, destacando a falta de clareza e objetividade na comunicação institucional do Executivo. Mencionou que o prefeito divulgou uma nota tímida, citando uma dívida municipal em torno de R\$ 950 milhões valor inferior ao que foi informado em 2017 pelo ex-prefeito Bernardo Rossi, que falava em mais de R\$ 1 bilhão em dívidas. Para o vereador, essa diferença comprova a seriedade da gestão anterior, liderada pelo ex-prefeito Rubens Bomtempo. Ainda tratando dos 100 dias de governo, fez duras críticas à resposta da Prefeitura diante das chuvas recentes que atingiram o município. Segundo ele, historicamente, todos os governos municipais se mobilizavam imediatamente em situações de emergência, com equipes da Defesa Civil, secretarias e abrigos atuando de forma conjunta. No entanto, no episódio mais recente, a Prefeitura iniciou a limpeza das ruas apenas na segunda-feira, dois dias após o temporal ocorrido no sábado, deixando o comércio de Corrêas praticamente paralisado nesse período. Relatou que, na ocasião, ouviu do presidente da Câmara, Coruja, a promessa do envio de 200 funcionários, promessa que não se concretizou. A limpeza foi, segundo ele, realizada pelos próprios funcionários da regional de Itaipava, demonstrando a ausência de uma atuação mais robusta por parte do governo municipal, mesmo após ter decretado estado de emergência. Citou ainda a prática recorrente do atual governo em aderir atas de outros municípios para execução de serviços, como reformas de ônibus escolares. Citou como exemplo a adesão de uma ata originária de Itaguaí, prática que, segundo ele, remete ao que foi feito pelo Governo do Estado em 2022, envolvendo um consórcio de 19 municípios com população muito inferior à de Petrópolis. Alertou que tais práticas podem gerar sérias consequências administrativas e legais ao prefeito, inclusive com implicações pessoais em seu CPF. Na segunda parte de sua fala, abordou a realização da Expo Petrópolis, destacando irregularidades no processo de autorização concedido à empresa MRC para promover o evento. Segundo ele, a empresa se comprometeu com uma contrapartida de apenas R\$ 35 mil e, ainda antes da autorização oficial, já comercializava barracas em dinheiro vivo, sem emissão de recibo e com exigência de pagamento parcelado, prática que considerou totalmente inadequada e obscura. Relatou que, ao buscar informações sobre o processo no Diário Oficial do dia 09 de abril, deparou-se com o nome do secretário de Administração como responsável pela autorização. Ao procurar o referido secretário, foi informado de que o processo não se encontrava sob sua responsabilidade. Acompanhando o trâmite, verificou que o processo passou pela Secretaria de Meio Ambiente e pela Procuradoria, retornando posteriormente à Administração, gerando dúvidas sobre a transparência e a real



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

tramitação do procedimento. Ressaltou que, apesar da publicação afirmar que o município não teria qualquer custo com a realização da Expo Petrópolis, permanece sem resposta quem será responsável pelos serviços de limpeza, coleta de lixo, fiscalização de trânsito, fornecimento de água e energia elétrica. Apontou que, se tais serviços forem prestados pelo município, haverá configuração de improbidade administrativa, uma vez que o governo se comprometeu publicamente a não dispor de recursos públicos no evento. Finalizou seu pronunciamento afirmando que, enquanto estiver no exercício do mandato, continuará exercendo seu papel fiscalizador com responsabilidade, baseado em documentos e fatos concretos. Reforçou que não aceitará tentativas do Executivo de obstruir o trabalho parlamentar e, se necessário, recorrerá ao Ministério Público para garantir o acesso às informações e a transparência dos atos administrativos. Criticou, por fim, o comportamento político do prefeito, acusando-o de incoerência ao buscar apoio político em Brasília junto a lideranças que não contribuíram com sua eleição, em detrimento de aliados locais que, segundo ele, foram decisivos, inclusive na limpeza da cidade em momentos críticos. Declarou que tal postura é sintoma de falta de lealdade e de compromisso político coerente. Agradeceu e despediu-se. 4) **PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Saudou os integrantes do coletivo Convoca Petrópolis, presentes na sessão da Câmara, e direcionou sua primeira mensagem às servidoras e aos servidores públicos do município. Reafirmou a importância da defesa do serviço público como instrumento de atendimento às necessidades da população petropolitana, especialmente nas regiões mais periféricas da cidade. Destacou que a valorização do serviço público não se trata de uma pauta corporativa, mas de uma política pública essencial para garantir direitos fundamentais da população. Como exemplo, mencionou que em comunidades distantes, como o alto do morro, é possível encontrar escolas, centros de educação infantil e postos de saúde, todos operando graças ao trabalho de servidoras e servidores concursados. Enfatizou a importância da realização de concursos públicos e, principalmente, da posse dos aprovados e aprovadas. Argumentou que a contratação temporária de profissionais, além de fragilizar os vínculos com a comunidade, muitas vezes não assegura a devida qualificação, prejudicando a qualidade do atendimento. Ressaltou que, desde 1988, o ingresso no serviço público deve ocorrer por concurso, regra que precisa ser respeitada. Pontuou que as manifestações recentes organizadas por pessoas aprovadas no concurso público municipal representam não apenas a luta por seus direitos trabalhistas, mas também uma reivindicação coletiva por um serviço público de qualidade, com professores, educadores e funcionários devidamente contratados para atender à população. Comunicou a aprovação de uma Comissão Especial na Câmara Municipal para acompanhar o concurso público, além do envolvimento das Comissões Permanentes de Educação e de Servidores Públicos na fiscalização de todo o processo de convocação e posse, exigindo transparência e compromisso com a



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

legalidade. Na segunda parte de sua fala, trouxe à tona a grave denúncia de um caso de assédio ocorrido dentro de um ônibus da linha 700. Alertou que casos como esse precisam ser tratados com seriedade, e que a responsabilidade não se limita ao agressor, mas também às empresas e ao poder público. Reforçou que, embora nem todo homem seja agressor, os agressores são, em sua totalidade, homens, razão pela qual a luta por segurança das mulheres deve ser contínua. Defendeu que a empresa responsável pela linha e a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) devem garantir o pleno funcionamento das câmeras de vigilância dentro dos ônibus, a ampliação da frota, especialmente da linha 700 e o cumprimento de protocolos em caso de violência, como o encaminhamento imediato do veículo à delegacia para registro de boletim de ocorrência. Informou que esse caso foi relatado durante reunião do Conselho Municipal de Transporte (Comutran) e que serão encaminhados ofícios para a CPTrans exigindo providências. Reiterou o compromisso de garantir que a vítima receba toda a assistência necessária e que nenhuma violência contra mulheres seja tolerada nos ônibus municipais. Finalizou sua fala afirmando que, para prevenir casos como esse, é fundamental garantir mais ônibus circulando e menos superlotação, pois a aglomeração cria o ambiente propício para que agressores se aproveitem da vulnerabilidade das passageiras. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e trinta e cinco minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em dezesseis de abril de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Jefferson Santos Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Jefferson Santos